

MODALIZAÇÃO E IDEOLOGIA NO DISCURSO HOMOFÓBICO PENTECOSTAL¹

Lucas Henrique da Silva²

RESUMO

Este artigo aborda a discriminação a homossexuais inculcada em uma pregação religiosa de denominação pentecostal. Problematiza instrumentos discursivos empregados por religiosos para expurgar pessoas de sexualidade dissidente. Esta pesquisa teve como objetivo principal demonstrar que a dita pregação carrega mecanismos geradores de crenças e atitudes resultantes de inconsistências quanto à própria origem da vertente religiosa pentecostal. Para tanto, procurou-se: desvendar fundamentos sacros que, supostamente, ensejam a formação do discurso discriminatório; identificar, na fala evangelizadora, como a modalização desvela a discriminação; prospectar efeitos ideológicos nocivos dessa prática social aos direitos básicos de homossexuais. Embasaram esta investigação os trabalhos de Fairclough (2016), Van Dijk (2008) e Thompson (1990), no tocante às noções de discurso e modalização, poder e ideologia. A metodologia compreendeu o raciocínio dedutivo, desdobrado em uma pesquisa de cunho aplicado, tendo como técnicas de investigação a coleta e a transcrição do *corpus* e o exame da categoria modalização e seus efeitos ideológicos nesse texto. Este trabalho é relevante por aplicar um quadro teórico discursivo-crítico a um material de análise inédito, a pregação religiosa. A título social, contribui para a conscientização sobre relações assimétricas, discursivamente estabelecidas, frente a grupos minoritários. Como resultado, revelou-se uma inconsistência de interpretação dos fundamentos bíblicos referentes à origem da doutrina pentecostal: a pregação analisada, contraditoriamente ao que defende a doutrina cristã, mais se ampara em orientações judaicas, contidas nos 5 primeiros livros do Velho Testamento, do que naquelas incluídas no Novo Testamento, que registra ensinamentos de Jesus, profeta cristão, confirmando a hipótese aqui defendida.

PALAVRAS-CHAVE

1. Modalização | 2. Ideologia | 3. Poder | 4. Pentecostalismo | 5. Homossexualidade

ABSTRACT

This paper addresses to discrimination against homosexuals inculcated in a religious preaching of Pentecostal denomination. It problematizes discursive instruments used by religious to purge people of dissident sexuality. This research had as main objective to demonstrate that the so called preaching carries mechanisms that generate beliefs and attitudes resulting from inconsistencies regarding the very origin of the Pentecostal religious aspect. Therefore, we sought to: unveil sacred foundations that, supposedly, give rise to the formation of discriminatory discourse; identify, in evangelizing speech, how modalization reveals discrimination; prospect harmful ideological effects of this social practice on the basic rights of homosexuals. This research was based on the studies of Fairclough (2016), Van Dijk (2008) and Thompson (1990), regarding the notions of discourse and modalization, power and ideology. The methodology comprised deductive reasoning, unfolded in an applied research, having as investigation techniques the collection and transcription of the corpus and the examination of the category modalization and its ideological effects in this text. This work is relevant for applying a theoretical discursive-critical framework to an unprecedented analysis material, religious preaching. Socially, it contributes to the awareness of asymmetric relationships, discursively established, in front of minority groups. As a result, an inconsistency in the interpretation of the biblical foundations regarding the origin of the Pentecostal doctrine was revealed: the preaching analyzed, contradictory to what the Christian doctrine defends, is more supported by Jewish orientations, contained in the first 5 books of the Old Testament, than those included in the New Testament, which records Jesus teachings, a Christian prophet, confirming the hypothesis defended here.

KEYWORDS

1. Modalization | 2. Ideology | 3. Power | 4. Pentecostalism | 5. Homosexuality

¹Trabalho de Conclusão de Curso, realizado sob orientação da Profa. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba, submetido ao Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado.

² O autor é licenciando em Letras pela UFRPE.

1. INTRODUÇÃO

Os homossexuais sofrem pressões sociais de diversas naturezas, as quais resultam num processo de discriminação e exclusão. Grande parte dessa rejeição advém de uma visão cosmogônica judaico-cristã sobre gênero, que se fundamenta no relato bíblico de criação da humanidade acerca do advento da mulher como posterior ao do homem. Esse mito fundador faz emergir uma série de interpretações: o patriarcado, a submissão da figura feminina em relação à masculina, a heterossexualidade e a cisgeneridade, para elencar os principais pontos.

Como essa é a visão que consolidou a moral ocidental, em diversos domínios sociais, são frequentes as afirmações de que “*Deus fez o homem e a mulher*”, “*gays não fazem filhos*” etc, como modos de deslegitimar relações homoafetivas. Isso também recai sobre pessoas com diferentes performances de gênero e que não se enquadram no binarismo hegemônico.

Isso é muito frequente na fala de membros de instituições eclesiais, que fazem uso desse discurso para dar continuidade ao fenômeno que Oliveira (2011) chama de *crístandade*, ou seja, a união da igreja com o Estado para a manutenção de seu poder. Essa *crístandade*, inclusive, tem realizado a manutenção da dita moral judaico-cristã, através da profusão de representantes eclesiais em posições de sujeito imbuídas de poder político-administrativo, como o poder legislativo, por exemplo. Com isso, além de ferir o princípio de laicidade do Estado, esses gestores públicos atuam para fragilizar os direitos LGBTIA+³, marginalizando e estigmatizando ainda mais esse grupo pela cristalização de estereótipos.

Tais maneiras de agir podem ser verificadas, muito evidentemente, na fala de líderes religiosos protestantes de denominação pentecostal, que, através do seu discurso de poder (não só ao ocuparem cargos públicos, mas, também, quando proferem sermões, em cultos), estimulam os seus fiéis a praticarem essa exclusão. É por isso que este trabalho irá abordar **a pregação⁴ de um líder pentecostal como instrumento de**

³ A sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) passou a ser adotada pelos movimentos sociais de reivindicação de direitos e cidadania das minorias sexuais somente a partir da Primeira Conferência Nacional GLBT, em 2008. Neste artigo, optamos por acrescentar à sigla a inicial I (intersexo) e o sinal + (que abrigaria outras tantas denominações de gêneros já identificados ou a identificar).

⁴ *Pregações religiosas*, originalmente denominadas como *sermão*, são próprias do domínio religioso e têm como finalidade orientar a conduta social do público a quem são dirigidas. As ditas cristãs têm

abuso de poder em relação aos homossexuais, questionando-se: *como, através do discurso, membros eclesiásticos contribuem para a discriminação aos homossexuais?*

É possível que isso se inicie com interpretações deturpadas e homofóbicas do texto bíblico pelos líderes religiosos, que vêm a disseminar essas suas versões para um público que ocupa diversos papéis de sujeito, em variadas práticas sociais, gerando a marginalização dos homossexuais. Por isso, esta investigação estará circunscrita à análise de um discurso verbal oral, divulgado na rede social “Twitter”, proferido por um Pastor evangélico pentecostal que tem vínculo identitário com essa denominação religiosa.

Aqui, como objetivo geral, deseja-se demonstrar que a dita pregação possui, em sua estrutura, mecanismos geradores de crenças e atitudes, baseados em inconsistências relativas à própria origem da vertente religiosa pentecostal. Esta, por sua vez, ampara-se nessa interpretação deturpada do texto bíblico, que, enquanto tábua moral, pauta comportamentos discursivos dos seus seguidores, culminando na marginalização e na necropolítica da comunidade LGBTIA+. Para tanto, em se tratando de objetivos específicos, pretende-se: **A.** desvendar os fundamentos sacros que, supostamente, ensejam a formação do discurso discriminatório; **B.** identificar, na fala evangelizadora, como a modalização desvela a discriminação; **C.** prospectar como efeitos ideológicos dessa prática social ferem direitos básicos de homossexuais.

Este trabalho se torna relevante porque a identificação, a descrição e a delimitação da modalização objetiva tende a desnudar seu aspecto ideologicamente orientado, contribuindo para elucidar mais um viés a ser explorado em análises discursivas. Além disso, este trabalho atua na conscientização sobre relações assimétricas discursivamente estabelecidas em relação a grupos minoritários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está dividida em 2 itens. Para dar conta do objetivo de *desvendar as circunstâncias bíblicas que, supostamente, ensejam a formação do discurso de expurgo*

como parâmetro moral o conteúdo de textos bíblicos, sendo elaboradas ao sabor do que os líderes religiosos julgam ser mais apropriado instruir. O primeiro grande ícone de elocução de sermões, em Língua Portuguesa, foi Padre Antônio Vieira, que dispunha suas pregações em: *exórdio* ou *introito* (em que expõe o tema e as questões centrais que vai defender); *alegoria* (em que, comparativamente, faz alusão ao comportamento de elementos da natureza para exaltar ou criticar atitudes humanas); *síntese* ou *peroração* (em que conclui sua tese, empregando teor discursivo moralizante).

ao *homossexuais*, o primeiro (2.1) e suas subseções dizem respeito à conceituação e ao desenvolvimento histórico da denominação Protestante *Pentecostal*, abrangendo um breve apanhado de como ela se configurou no Brasil. Os termos essenciais para os estudos em Análise Crítica do Discurso (a noção de discurso, o eixo do poder, ideologia e ordem do discurso) são apresentados a partir do item (2.2).

2.1. Sobre a DOCTRINA PENTECOSTAL

2.1.1. Origens do PENTECOSTALISMO

Originalmente, o que hoje se conhece como PENTECOSTES era denominado *Shavuot* em hebraico, que significa *sete semanas*. Consistia em um conjunto de festividades que celebravam o êxito da produção agrícola. Tais festivais também objetivavam beneficiar pobres e estrangeiros, através da distribuição dos excedentes das colheitas realizadas. Evidências disso são encontradas no Pentateuco bíblico (os cinco primeiros livros do velho testamento, equivalente à *Torah* judaica), no livro Levítico:

A partir do dia seguinte ao sábado, desde o dia em que tiverdes trazido o molho para ser agitado, contareis sete semanas completas. Contareis cinquenta dias até o dia seguinte ao sétimo sábado, e apresentareis ao Senhor uma nova oferta. [...] Nesse mesmo dia anunciareis a festa e convocareis uma santa assembleia: não fareis trabalho algum servil. Esta é uma lei perpétua para os vossos descendentes, em qualquer lugar onde habitardes. (...) “Quando fizeres a ceifa em tua terra, não ceifarás até o extremo limite de teu campo e não recolherás a espiga de tua ceifa: deixá-la-eis para o pobre e o estrangeiro. Eu sou o Senhor, vosso Deus” (BÍBLIA SAGRADA, Levítico, 23: 15-22).

Ou seja, PENTECOSTES, nessa interpretação, consistia em uma das solenidades que fazia parte do calendário judaico, feita em louvor ao Deus Yavé, Javé, ou Jeová (em hebraico, יהוה, ou YHWH, pronunciado YAHWEH, que significa “*Eu sou!*”). Nesse momento, os fiéis deveriam levar pães e “agitá-los como oferta” (BÍBLIA SAGRADA, Levítico, 23:17), em agradecimento pelos frutos concedidos pelo seu Deus.

Posteriormente, devido à expansão e hegemonia da cultura helênica, na sociedade da época, a nomenclatura *Shavuot* foi traduzida para PENTECOSTES, que, em grego, significa *quinquagésimo*. Assim foi feito, pois o período de sete semanas completas do *Shavout* corresponde exatamente a cinquenta dias. Isso torna perceptível que existe uma interpretação que precede à da doutrina pentecostal-cristã, interpretação que fez e continua fazendo parte dos ritos do judaísmo.

Entenda-se: somente após a reinterpretação da doutrina judaica, efetuada por Jesus, para cristãos, o significado de PENTECOSTES passou a estar relacionado ao dia da ida do Espírito Santo ao encontro dos discípulos no cenáculo (local de reunião dos discípulos de Jesus, depois da crucificação, e também onde fora realizada a última ceia). Essa visão está contida no Novo Testamento, no livro Atos dos Apóstolos, de autoria do Apóstolo Lucas:

Chegando o dia de PENTECOSTES estavam todos reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um ruído, como se soprasse um vento impetuoso, e encheu toda casa onde estavam sentados. Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo, que se repartiram e se repousaram sobre cada um deles. Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (BÍBLIA SAGRADA, Atos dos Apóstolos, 2: 1-4).

Em contrapartida àquela primeira descrição realizada em Levítico, aqui há uma descaracterização da dimensão agrícola do evento original de PENTECOSTES. Agora, ele se reconfigura como o fenômeno cristão, definido pela aparição e manifestação do Espírito Santo entre os discípulos de Jesus. Esse acontecimento culmina, como é posteriormente descrito, em Atos dos Apóstolos, na concessão de determinados dons a esses discípulos, tais como o da profecia, o da cura e o da *glossolalia*⁵, além do que atende pela manifestação material do Espírito Santo para guiar as decisões que esses Apóstolos tomariam ao pregar a fé cristã.

Da comparação entre as duas versões, deduz-se que a diferença entre elas reside na função primordial do rito e na concepção de Deus que guia ambas as doutrinas: na original, judaica, a entidade divina máxima parece ser um regulador moral, assertivo e punitivo, digno de respeito e temor, ao qual deveriam ser oferecidas, em óbolo, oferendas; na segunda, ele aparece como libertador e pacificador de diferenças, sem a necessidade de ofertas. Isso se evidencia da comparação entre o que pregava o profeta do Judaísmo, Moisés, e o do Cristianismo, Jesus.

Dentro do que se chama Lei de Moisés, Os *Dez Mandamentos* judaicos são: “Amar a Deus sobre todas as coisas”; “Não tomar seu santo nome em vão”; “Guardar

⁵ O Dicionário Online (dicio.com.br) define a glossolalia - do grego, glossa (língua) + laliá (maneira de falar; dialecto; tagarelice) - como "Fenômeno extático no qual um indivíduo emite uma série de sons ou palavras cujo sentido seus ouvintes não podem apreender, senão com o concurso de outra pessoa detentora do dom da interpretação; dom das línguas.". Essa definição aponta diretamente para a capacidade sobrenatural de falar línguas alheias ao cotidiano dos indivíduos, cuja origem alude ao milagre transcorrido no dia de Pentecostes, pelo qual os apóstolos receberam o dom de falar várias línguas (BÍBLIA SAGRADA, Atos dos apóstolos: capítulo 2).

domingos e festas de guarda”; “Honrar Pai e Mãe”; “Não matar”; “Não pecar contra a castidade”; “Não roubar”; “Não levantar falso testemunho”; “Não desejar a mulher do próximo”; “Não cobiçar as coisas alheias”. Comparativamente, o profeta cristão, Jesus, resume essas dez diretrizes a apenas duas: 1. Amar a Deus sobre todas as coisas; 2. Amar ao próximo como a si, sem, contudo, renunciar categoricamente àquelas diretrizes que lhe precede. É por isso que convém considerar existência de duas versões do PENTECOSTES: uma JUDAICA e outra CRISTÃ. Isso será pauta do próximo tópico.

2.1.2. A denominação religiosa PENTECOSTAL

Marco para a plurificação de denominações religiosas sob a égide cristã, a partir da primeira metade do século XVI, a Reforma Protestante, proposta por Martinho Lutero, teve como estopins a comodificação das indulgências, por parte do clero, e o abuso de poder dessa categoria. A luta contra a hegemonia católica teve o seu pontapé inicial com a publicação, em 1517, das 95 teses de Lutero, documento no qual ele elencava questões problemáticas que a igreja apresentava na época. Além disso, um dos pontos criticados por Lutero era o monopólio da Bíblia pelos clérigos, por dois aspectos: 1. da língua, pois o Livro Sagrado era escrito em latim; 2. do acesso, tendo em vista que só os sacerdotes poderiam manuseá-la.

Com a aceitação pública desses questionamentos, o movimento obteve êxito em suas reivindicações e se difundiu, pela Europa, ocasionando a popularização das Escrituras, através das suas traduções. Também por isso, no final do século XVI, no início do XVII e no começo do século XX, baseadas em interpretações particulares das Escrituras, começaram a surgir ramificações do movimento protestante, através de denominações religiosas como a presbiteriana, a batista e a pentecostal, por exemplo.

A denominação religiosa Pentecostal recebe esse nome devido à interpretação cristã do evento de PENTECOSTES, que se relaciona à descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos. Esse evento é um marco, tendo em vista que ele embasa o núcleo doutrinário dessa crença, além de enfatizar a figura e a atuação do Espírito Santo sobre fiéis (CORRÊA, 1986).

Esse movimento religioso teve início na América do Norte, em Los Angeles, em 1906, após uma profecia, ou seja, uma suposta intervenção do Espírito Santo sobre os fiéis Gunnar Vingren e Daniel Berg. Ambos suecos, eles disseram ter recebido a missão

de ir ao Brasil, mais precisamente ao estado do Pará, onde ficaram hospedados no porão da Igreja Batista de Belém. Eles começaram a sua missão nessa Igreja, repassando os ensinamentos do que viria a se tornar o Pentecostalismo, dentre eles, o principal, o do batismo pelo Espírito Santo. Tal batismo tem como finalidade o recebimento dos dons sacros e das suas manifestações como a *glossolalia* (a reprodução de línguas estranhas), além dos dons da cura e da profecia (ENDRUEIT, 1977).

No entanto, esses ensinamentos foram preteridos pelos líderes da Igreja Batista e, como forma de retaliação, os membros que adotavam essa crença foram gradativamente desligados da instituição (ENDRUEIT, 1977). Caso semelhante ocorreu em São Paulo quando Luis Francescon, pentecostal de nacionalidade italiana, ministrava um culto na Igreja Presbiteriana da cidade e que, pelo teor de sua pregação, foi duramente rejeitado pelos anciões da instituição. Mais tarde ele se uniu aos que creram em sua fala e fundou a Congregação Cristã Brasileira, em 1911 (ENDRUEIT, 1977).

Corrêa (1986) afirma que esse primeiro momento de falta de receptividade e de exclusão do Pentecostalismo permitiu um crescimento dessa vertente, tendo em vista que ela quebrava o formalismo e rigidez institucional dos outros segmentos e atingiam um novo público, pois

[...] esse fiel convida pessoas vizinhas para reunirem-se em sua casa a fim de orarem, cantarem hinos. Estabelecido um grupo regular de frequentadores, comunica-se ao Ministério o número aproximado de pessoas e o lugar em que se reúnem, tornando-se, então, reconhecida a nova igreja (CORRÊA, 1986: 13).

Corrêa (1986) ainda aponta que, devido a essa pulverização, o Pentecostalismo acabou se ramificando em várias denominações que se articularam e reorganizaram de maneira autônoma, além de serem regidas por líderes que não receberam a educação religiosa formal. No entanto, como apontado no excerto introdutório, essa vertente religiosa está pautada num núcleo doutrinário comum que prega, principalmente: o arrependimento, o batismo (não o batismo popularmente conhecido como batismo das águas, mas o batismo pelo Espírito Santo, considerado o segundo batismo), a crença da atuação do Espírito Santo sobre os fiéis, a busca da santificação por meio do desprezo aos valores mundanos e a espera da segunda vinda de Cristo, momento em que os crentes serão exaltados e os não-crentes condenados.

Além disso, por ser uma religião dita cristã, possui como livro sagrado a Bíblia (em versão completa), que norteia os fundamentos desse segmento religioso. No tocante à sexualidade dissidente, foco deste estudo, o Pentecostalismo, assim como outras vertentes religiosas, postula que o relacionamento sexual que difere do padrão heteronormativo está no terreno de Satanás, entidade rival ao Deus judaico-cristão (ENDRUEIT, 1977).

2.1.3. Incoerências nas bases da discriminação à comunidade LGBTIA+

Com o intuito de embasar ideologicamente o seu discurso combativo em relação aos homossexuais, líderes religiosos utilizam o capítulo vinte de Levítico, que faz abordagem de leis penais, uma das quais, o versículo treze, diz: “*Se um homem dormir com outro homem, como se fosse mulher, ambos cometerão uma coisa abominável. Serão punidos de morte e levarão a sua culpa*” (BÍBLIA SAGRADA, Levítico, 20: 13), como principal forma de deslegitimar relações afetivas de pessoas do mesmo gênero. Esse capítulo desenha a entidade divina máxima como regulador moral, assertivo e punitivo, digno de respeito e temor, além de endossar a ideologia Pentecostal de que a discriminação, nesse caso, é praticada em nome de Deus, além de tipificar a relação homoafetiva como ato pecaminoso.

Por outro lado, no livro de Marcos, no capítulo doze, na sessão dos “dois maiores mandamentos”, Jesus, dito o Messias, e, portanto, fonte de toda a filosofia religiosa Cristã, explicita como seus dois ensinamentos máximos: “*Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu espírito e de todas as tuas forças*” e “*Amarás ao teu próximo como a ti mesmo*” (BÍBLIA SAGRADA, Marcos, 12:30-31). Isso evidencia um ser divino libertador e pacificador de diferenças, além de contestar natureza discriminatória da interpretação possibilitada pela passagem judaica anteriormente exposta.

É certo que Jesus é tido nas escrituras como “sinal de contradição”, mas que igualmente disse “eu não vim desfazer da Lei, mas para cumpri-la”. No entanto, as orientações judaicas e as cristãs, neste ponto ora discutido, parecem entrar em conflito com a postura humana apregoada aos seus seguidores. É daí que emerge a aparente contradição entre o que se defende ser a raiz do Pentecostalismo: ela é judaica ou cristã? Em sendo o primeiro caso, seria compreensível (embora não humanamente aceitável) o

que motiva a discriminação contra os homossexuais. No segundo caso, deveria ser questionada a sua coerência em face ao segundo mandamento deixado por Jesus aos seus seguidores, ditos cristãos.

2.2. A noção de DISCURSO

Problemas sociais também são de natureza discursiva e, por isso, convém considerar a linguagem como forma de prática social (FAIRCLOUGH, 1989, 2016). Isso possui duas implicações: considerar a linguagem como uma forma de ação, sobretudo sobre o *Outro*, como também uma representação dos valores, crenças e conhecimentos de quem enuncia; considerar que o discurso se relaciona com os contextos de interação situada, que são, por natureza, assimetricamente estruturados e que organizam tal discurso por meio de regras e convenções. (FAIRCLOUGH, 2016).

Conforme o sujeito age sobre os *Outros* e sobre a sociedade, ele constrói significados. Fairclough (2016), baseado no funcionalismo de Halliday, delinea esses significados em três categorias, segundo seus efeitos construtivos do discurso: a identitária, a relacional e a ideacional. Tais efeitos se diferenciam por sua natureza. O primeiro constrói identidades e posições de sujeito no e pelo discurso. O segundo remete às relações entre os sujeitos, estabelecidas no discurso. E o terceiro contribui para a construção de conhecimentos e crenças. Isso é operacionalizado através das relações de poder, incluindo as de abuso, em que grupos subalternizam outros.

Quanto à análise de práticas discursivas particulares, Fairclough (2016) emprega seu modelo tridimensional de análise do evento discursivo (composto por texto, prática discursiva e prática social, instâncias que se relacionam dialeticamente). Ao focar a prática social, este trabalho não negligencia as outras duas categorias do modelo tridimensional. Isso é feito, pois Fairclough aponta outras subcategorias para análise da prática social as quais serão consideradas neste trabalho: “as atividades, os sujeitos e relações sociais, os instrumentos, os objetos, o tempo e lugar, as formas de consciência, os valores e, por fim, o discurso” (FAIRCLOUGH, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 285).

Com isso, a microanálise do texto (a análise do discurso) não é feita *in vitro*, descontextualizada, mas à luz das interações na tentativa de explicitar como “condições sociais determinam propriedades do discurso” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 19). A

influência de elementos extralinguísticos, ou seja, procedimentos de coerção discursiva, associados às condições sociais de produção e interpretação dos discursos (FAIRCLOUGH, 1989, p. 24) compõem um quadro teórico para a análise das amostras discursivas aqui apresentadas.

2.2.1. A categoria de MODALIZAÇÃO

Fairclough (2016), baseado nas investigações de Hodge e Kress (1988), afirma que um determinado enunciado tem propriedades modais quando o seu produtor possui um grau de afinidade com a proposição. Quanto ao comprometimento do enunciador em relação ao conteúdo da proposição, a modalidade pode ser classificada em subjetiva e objetiva, sendo esta última um dos focos de análise deste artigo.

Na modalidade subjetiva, o grau de comprometimento do enunciador com o conteúdo proposto é explícito. Esse tipo de modalidade pode ser percebido pela marcação de pessoa no componente proposicional, por exemplo: *eu não quero, eu não admito*. Em contrapartida, a modalidade objetiva tem “essa base subjetiva implícita: a terra pode ser/é provavelmente plana” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 208).

Fairclough (2016) aponta que a modalidade objetiva pode ser instrumentalizada a fim de exercer formas de poder. Isso ocorre, segundo ele, porque o falante pode projetar o seu ponto de vista como universal ou servir de veículo para o ponto de vista de outrem. Esse fenômeno é perceptível nas instituições religiosas no momento de pregação, por exemplo. O sujeito-Pastor ora constrói sua fala numa base bíblica, ora se coloca nessa fala com o intuito de universalizar experiências ou visões de mundo particulares.

Ademais, ao estabelecer condutas, construir restrições, impor ordens e expressar a volição do sujeito, a modalidade se configura como uma importante dimensão do discurso. Ela posiciona e molda sujeitos, além de contribuir para o controle e reprodução sociais (FAIRCLOUGH, 2016, p. 211).

2.2.2. O eixo do PODER NO DISCURSO

Para Van Dijk (2008), o poder se caracteriza como a relação de hierarquia entre grupos e membros de grupos e se manifesta na interação. No entanto, existem duas formas de poder: o legítimo e o ilegítimo. O primeiro corresponde ao poder que é

exercido por, por exemplo, aparatos legais e se aplica a todos os indivíduos da sociedade. O segundo se trata do poder exercido por um grupo sobre outro, através de recursos sociais disponíveis, mas desigualmente distribuídos (como *status*, riqueza, autoridade etc), com o intuito de gerar consequências negativas como a desinformação, a dominação e a manipulação. Este último é o que será abordado ao longo deste tópico e desta investigação.

Conforme o autor, o abuso de poder (seu uso ilegítimo objetivando interesses particulares) deve ser analisado em três dimensões: o discurso, a cognição e a sociedade, que se relacionam dialeticamente. O uso da linguagem como um dos momentos da prática social serve para compartilhar socialmente modelos cognitivos que servem para os ideais de um grupo. Dessa forma, o uso de estruturas linguísticas para realizar a polarização entre Nós e Eles, como grupos sociais, é realizada através do discurso e viabiliza a dominação do um grupo sobre o outro. (VAN DIJK, 2008)

É importante ressaltar que as relações de poder de natureza discursiva possuem, também, efeitos sobre a mente dos indivíduos. O controle da mente é efetivo sob as seguintes condições:

Em primeiro lugar os receptores tendem a aceitar crenças, conhecimentos e opiniões através do discurso produzido por aqueles que são considerados fontes autorizadas, confiáveis ou críveis, tais como acadêmicos, peritos, profissionais, bem como meios de comunicação de confiança. Em segundo lugar, em algumas situações, os participantes são obrigados a ser os receptores do discurso. [...] Em terceiro lugar, em muitas situações, não existem discursos públicos ou meios de comunicação que possam fornecer informação da qual possam ser derivadas crenças alternativas. Em quarto lugar, [...] os receptores podem não possuir o conhecimento e as crenças necessárias para questionar o discurso ou a informação a que estão expostos (VAN DIJK, 2008, p. 122).

Tais processos ocorrem dentro de estruturas ideológicas e através de tipos discursivos específicos, que têm como intuito fazer com que os indivíduos, que assumem o papel de interactantes no evento comunicativo, tenham aderência a esses discursos. Dessa forma, há a viabilização da persuasão, sedução, doutrinação e manipulação das pessoas em prol dos propósitos e vontades da autoridade que está proferindo um determinado discurso.

Isso é feito para que, assim, sejam praticadas ações, por aderência às ideologias nelas contidas ou por medo das sanções que o sujeito em posição de poder pode aplicar sobre os membros, em caso de desobediência. Esse processo culmina na limitação da liberdade do exogrupo (pois muitas formas de discriminação e ideologias são veiculadas

através do discurso) e na ampliação da base de poder de uma estrutura social poderosa, como a igreja, por exemplo.

Uma base de poder, segundo Van Dijk (2008), necessita de recursos simbólicos desigualmente distribuídos para atingir o seu propósito. Esses recursos estão vinculados, majoritariamente, aos discursos mais influentes, tendo em vista que eles possuem amplo alcance e, nesse sentido, configuram-se como recurso de poder. Ademais, a pulverização de conhecimentos, informações, crenças e valores particulares permite a manipulação e a doutrinação de um número maior de mentes.

Em virtude disso, ao se considerar que a relação entre fala⁶ e cognição é socialmente moldada, deve-se ponderar que os modelos mentais negativos também decorrem do mesmo processo, tendo em vista que a aquisição, confirmação e alteração desses modelos são feitos através do discurso (VAN DIJK, 2008). Um exemplo disso são as estruturas sociais de natureza religiosa, que enfatizam sistematicamente as práticas homoafetivas como critério de expurgo de determinados sujeitos. Isso culmina em interações sociais ilegítimas, permeadas por poder, tendo em vista que a representação religiosa e a homossexual, na sociedade, possuem escalas de representatividade discrepantes.

2.2.3. Sobre IDEOLOGIA

Na visão de Thompson (1990), a ideologia possui materialidade nas formas simbólicas – falas, imagens, textos – e se explicita na mobilidade dos constructos significativos dessas formas simbólicas, sobretudo, seus efeitos na realidade social. Para Thompson, os estudos sobre os fenômenos ideológicos se diferenciam a partir de duas concepções: a neutra e a crítica. A concepção neutra considera que os fenômenos caracterizados como ideológicos não são, necessariamente, opacos e ilusórios e não estão a serviço de um grupo dominante. Em contrapartida, a crítica caracteriza o fenômeno ideológico como negativo, pois ele é enganador e parcial (THOMPSON,

⁶ Saussure (1916), estabelecendo critérios para seus estudos semiológicos, designa como elementos estruturantes da linguagem a *langue* e a *parole*. O primeiro, de caráter paradigmático e ao qual Saussure se dedicou, refere-se a aspectos virtuais da *língua*. O segundo, no eixo sintagmático, remete à *fala*, fenômeno de ordem social, clivado por aspectos datados, específicos e circunstantes, inclinados à construção de sentidos materializados na língua, dentre os quais se pode elencar o discurso.

1990). Por seu entrecruzamento entre ideologia e relações de poder, a concepção crítica é a adotada para este estudo.

Thompson (1990) formulou seu conceito de ideologia com base na concepção latente de Marx (contida na noção crítica de ideologia). Seu intuito foi demonstrar que ela é capaz de criar “um sistema de representações que escondem, enganam, e que, ao fazer isso, serve para manter relações de dominação” (THOMPSON, 1990, p. 75). Desse modo, a ideologia é um instrumento poderoso nas relações de poder, tendo em vista que, derivada das estruturas sociais e veiculada por formas simbólicas que são constitutivas das relações sociais, serve para manter submissos determinados grupos em relação a outros e contribuem para a manutenção do *status quo*.

Ainda sobre a caracterização da ideologia, Thompson (1990) destaca três aspectos que a ela são inerentes: 1) a ideologia se cruza com relações de poder; 2) a ideologia se manifesta e/ou explícita na mobilização de sentido das formas simbólicas; 3) tais sentidos servem para estabelecer/manter relações de dominação.

O primeiro está voltado à forma como a ideologia, através do discurso, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 1990): ela institui determinados conhecimentos e crenças particulares e hegemônicas nas práticas sociais, sustentada pela manutenção desses conhecimentos até que se tornem senso comum.

O segundo se refere à ideologia em seu *modus operandi*, ou seja, como através de estratégias de construção simbólica, o discurso é utilizado para legitimar, dissimular, unificar, fragmentar e reificar relações de dominação, além das formas de lexicalização que explicitam o posicionamento de um locutor. Por exemplo, usar “homossexualismo” ao invés de homossexualidade denota a visão de mundo (patogênica) que o sujeito tem sobre os indivíduos que se atraem afetivamente por pessoas do mesmo sexo.

Por fim, no terceiro ponto, esses significados particulares podem servir para estabelecer relações assimétricas em redes institucionais. Alguns exemplos que podem ser evocados são da instituição médica, que utilizava termos como homossexualismo e transexualidade para denotar relações homoafetivas e identidades de gênero não normativas como distúrbios. Isso contribuía para a estigmatização e a marginalização da população LGBTIA+.

3. METODOLOGIA

O presente estudo é guiado pelo raciocínio *dedutivo*. Dessa forma, pretende-se apontar subsídios que confirmem a hipótese desta pesquisa (*através do discurso, membros de igrejas pentecostais contribuem para causar discriminação à comunidade LGBTIA+*). Ampara-se na descrição e na interpretação das microanálises de textos e microanálises de práticas de natureza discursiva e também social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Isso ainda é sustentado por uma *pesquisa aplicada*, pois a investigação se pauta em um problema social, que é amparado e legitimado por mecanismos discursivos. Além disso, este trabalho, por ser caracterizar como um estudo crítico, possui um foco direcionado para um grupo – no caso, os homossexuais – que está em desvantagem nas relações sociais, sugerindo soluções emancipatórias em prol deles.

Em relação aos modelos de pesquisa, foram empregadas duas investigações: uma *empírico-descritivo* e outra *explicativa*. Isso porque, em termos dos estudos críticos do discurso, como fora supracitado, esses modelos convergem para o que Fairclough (2016) chama de *descrição e interpretação*. O primeiro diz respeito ao modelo *empírico-descritivo* e se relaciona à análise textual, porque a “rotulação” dos aspectos estruturais e composicionais do texto, visando ao seu registro e classificação, permite um maior conhecimento das regularidades desses mecanismos discursivos nas ordens de discurso e práticas sociais nos quais as amostras discursivas se inserem. O segundo coaduna-se com o modelo *explicativo*, pois permite uma interpretação das práticas que são mediadas pelo discurso à luz do aspecto social. Possibilita, assim, vislumbrar os procedimentos que moldam os discursos e seus efeitos sociais.

Por fim, foi realizada também uma *pesquisa bibliográfica*. Ela serviu para arrolar e aprofundar o tratamento dos constructos teóricos que são mobilizados pela Análise Crítica do Discurso. Serviu ainda para direcionar as categorias analíticas aqui empregadas. Então, foram levantadas publicações sobre fundamentos religiosos, ideologia, redes hegemônicas, formas simbólicas e mecanismos de poder. Esse material foi predominantemente constituído por artigos científicos, livros e capítulos de livros, dissertações e teses.

Será *corpus* desta pesquisa uma pregação religiosa oral de viés pentecostal. A seguir, encontra-se a transcrição do texto.⁷

QUADRO 01: transcrição do pregação do Pastor Tupirani

“Ah! O coleguinha é homossexual. Isso é normal.”. Não é normal, não. Isso é possessão demoníaca. Homossexualismo é possessão demoníaca. E fica essa mentalidade de que é normal dentro dos colégios, que não pode discriminar. Pode e deve discriminar. Se eu tivesse uma empresa, eu não admitiria um homossexual. Se eu precisasse de uma empregada, eu não admitiria uma lésbica. Pode e deve, sim, discriminar. Agora, no convívio da rua, no convívio do dia-a-dia, não. Você não vai agredir ninguém, nem vai discriminar ninguém, mas, na tua vida pessoal, tem que discriminar, porque a Bíblia discrimina. A Bíblia diz que não herdarão o reino dos céus. A Bíblia diz que são possuídos pelo diabo, se entregaram ao mal. Fica essa mentalidade. Eu tava vendo. Fui ver a inscrição aí num colégio, tava procurando com o Samuel, aí, umas inscrições. Aí passa aquele bando de homens adolescentes, calcinha justinha, cabelinho bra-bra-bra, tudo gay, tudo bichinha, e todo mundo achando que é normal. Tem nada de normal nisso, mas, lá dentro mesmo, os professores e os diretores: “não, isso é normal, é sua opção de vida”. Não é opção. Aí, o que é que acontece? Todo mundo diz que é normal, o adolescente não resiste àquilo, não se preocupa em procurar uma ajuda. Os próprios pais não se preocupam em procurar uma ajuda. Veem o filho todo dia entrar e sair da sua casa, aquela aberração. Aquilo é uma aberração, faça-me o favor! Aquilo é uma aberração! É pior que um aborto! Isso aqui, meus amigos, é geração Jesus Cristo. Aqui não temos compromisso a ninguém. A palavra lá de fora não nos influencia. Nós é que salgamos e iluminamos lá fora. Aqui, nós discriminamos, sim, com todas as letras! Não admitiria um homossexual numa empresa minha, nem ninguém para fazer serviço dentro da minha casa, para conviver comigo. Eu não quero maus exemplos para os meus filhos. É assim que funciona. Eu sou crente. Eu vivo Bíblia, e o que a Bíblia diz, para mim, é lei! É regra e tá encerrado o assunto!

FONTE: Twitter. Publicado em 23 de julho de 2019, às 21:54h

A análise desse material irá demonstrar como, apesar da existência de instrumentos legais combativos, discursos como esse legitimam práticas discriminatórias contra pessoas de sexualidades dissidentes.

A pesquisa apresenta como *corpus* essa pregação realizada pelo Pastor Tupirani, fundador da igreja pentecostal "Geração Jesus Cristo", sediada no Rio de Janeiro. A preferência por esse gênero, dentro dessa ordem discursiva, ocorreu pelo fato de haver uma demonstração explícita da assimetria de poder, estabelecida nas posições de sujeito participantes da interação social, além do fato de que aquilo que é proferido pelo locutor é tomado como verdade e orientação de conduta para que fieis se mantenham num caminho dito virtuoso, sem que tenham noção da opacidade ideológica de que se reveste esse discurso.

A escolha desse material se baseou no seu número de visualizações significativas (825 mil visualizações) e a quantidade de retweets e curtidas na postagem (que contabilizam 2.501 e 7.272, respectivamente). Isso, por aceitabilidade do discurso ou por contestação, contribui para a amplitude de divulgação das ideias neles contidas.

⁷ A transcrição, textualização e pontuação são de minha autoria.

No que diz respeito às técnicas de pesquisa, neste estudo serão empregados: a) coleta do *corpus* diretamente da rede social twitter, via WEB; b) transcrição do vídeo da pregação em questão; c) análise do exemplar de texto colhido.

Em relação à instrumentalização dessas técnicas elencadas, foram necessários os seguintes materiais: computador com acesso à WEB (para o acesso ao site da rede social, twitter, onde se situa o corpus), suprido de plataformas de edição de textos; livros e revistas científicas (para o levantamento teórico acerca dos temas acadêmicos abordados).

Tais procedimentos metodológicos auxiliam à construção de uma explanação que explicita como *através do discurso, membros de igrejas pentecostais contribuem para causar discriminação aos homossexuais*. Essa abordagem também possibilita uma análise de compreensões, descrição de conceitos e materiais empíricos que se configuram mais como uma possibilidade do que uma finalidade e completude.

4. ANÁLISES

4.1. A MODALIZAÇÃO OBJETIVA na construção do discurso discriminatório

A ordem discursiva societal é composta por uma rede de articulação entre ordens discursivas institucionais, cada uma com seu regimento e operacionalização estruturais específicas. Essa heterogeneidade culmina em focos de luta hegemônica que objetiva a universalização de uma ideologia particular (FAIRCLOUGH, 2016). Tal mecanismo de funcionamento social é ilustrado no fragmento discursivo da pregação do Pastor Tupirani, transcrito abaixo:

“E fica essa mentalidade de que é normal **dentro dos colégios**, que **não pode** discriminar.”
“**Pode e deve, sim**, discriminar. Agora, no convívio da rua, **no convívio do dia-a-dia, não.**”
Aqui **não temos** compromisso a ninguém. **A palavra lá de fora não nos influencia. Nós é que salgamos e iluminamos lá fora.**”

O primeiro foco de luta hegemônica se dá contra a instituição escolar pelo uso da expressão modal “*não pode*”, que denota o interdito à segregação dos colegas. Em seguida, o Pastor critica a postura escolar, através modalização afirmativa reforçativa em “*pode e deve, sim, discriminar.*”. Esse julgamento do enunciador, além de conceder permissão à transgressora, advoga em favor dessa conduta nas relações interpessoais. A

adesão do Pastor explicita a sua ciência da natureza violenta segregadora que seu discurso estabelece contra os homossexuais.

O embate se estende a outros segmentos da sociedade. Ao enunciar “*não temos compromisso a ninguém*”, o Pastor isenta a si e aos seus seguidores de agirem com equidade e das consequências dessa conduta, em relação às estruturas reguladoras da sociedade. Além disso, atribui um sentido de “foro privilegiado” em relação a outras estruturas sociais. Por fim, o Pastor exalta a Igreja, alienando a instituição da sociedade, quando argumenta que o mundano não interfere na ordem discursiva religiosa, mas, sim, o contrário. Com isso ele articula o seu projeto hegemônico. Essa estruturação dicotômica evidencia como o discurso cumpre papel político e ideológico. Para Fairclough (2016):

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classe, blocos, comunidades, grupos) entre os quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo ou posições diversas nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2016, p.98).

A ordem discursiva religiosa media relações interpessoais através de gêneros como a pregação e o aconselhamento. O primeiro, mais frequente, tem o fim de repassar ensinamentos bíblicos acrescidos de comentários. O segundo atua como tecnologia discursiva modificada, para não tornar excessivamente saliente o propósito de ordenar. Isto é, por definição, conselho é uma opinião oferecida em relação a algo/alguém, podendo ser acatada ou não. Contudo, a instituição religiosa não faculta a possibilidade de negação: quando um Pastor aconselha, determina para o aconselhado uma instrução de procedimento.

A mescla entre esses gêneros, frequentemente, é realizada de maneira a usar o argumento bíblico como fundamento da ordem supostamente aconselhada. Isso pode ser ilustrado com o excerto a seguir:

“Você não vai agredir ninguém, **nem vai** discriminar ninguém, **mas**, na tua vida pessoal, **tem que** discriminar, porque a Bíblia discrimina.”

O conselho incutido neste fragmento: 1) refere-se ao público global através do pronome pessoal “*você*”, como se falasse individualmente a cada pessoa; 2) exprime uma opinião sobre o que não fazer demonstrando apreço e cuidado com os frequentadores da igreja. Para tanto, os modalizadores expressam a proibição, de maneira supostamente contraditória ao que foi dito em favor da discriminação. É a

conjunção “*mas*” que articula a continuidade da discriminação aos homossexuais, pois sustenta a afirmação adversativa subsequente: “*na tua vida pessoal tem que discriminar, porque a Bíblia discrimina*”.

Tal afirmação também assevera o conhecimento do Pastor sobre os possíveis contextualizantes a que seus fiéis devem se submeter, sob pena de serem julgados por atitudes homofóbicas. É por isso que se orienta a não ter essa conduta no meio social, mas em círculo íntimo de relações interpessoais. Acrescente-se que o modalizador “*tem que*” reforça a obrigatoriedade da conduta discriminatória, que, segundo o Pastor, é consequência de uma orientação bíblica, quando afirma que a Bíblia discrimina.

Quanto à representação da realidade, as modalizações objetivas de propriedade objetiva visam à ordenação do mundo de forma específica, exercendo controle sobre a realidade. Isso faz com que as proposições a elas associadas sejam tomadas como verdadeiras. Isso pode ser observado no fragmento a seguir:

“Pode e deve, sim, discriminar.”

Agora, no convívio da rua, no convívio do dia-a-dia, não. Você não vai agredir ninguém, nem vai discriminar ninguém, mas, na tua vida pessoal, **tem que discriminar**, porque a Bíblia discrimina.

A categorização das afirmações, além da modalização do “*tem que*”, não só indica a afinidade do sujeito-Pastor com essas proposições, como retrata a forma – segundo ele, natural – com que as relações sociais envolvendo homossexuais devem ser orientadas. Ele esboça uma configuração de realidade possível e, ainda, atribui a si o status de portador da verdade, em virtude de sua leitura e interpretação das Escrituras.

A atribuição de portador da verdade é conferida ao sujeito-Pastor por seu lugar ocupado na ordem discursiva religiosa. Essa posição lhe confere poderes para enunciar as proposições analisadas anteriormente, mas não só isso, como também estabelece que ele deve ser um modelo a ser seguido, como se apresenta no seguinte enunciado.

“**Não admitiria** um homossexual numa empresa minha, nem ninguém para fazer serviço dentro da minha casa, para conviver comigo. **Eu não quero** maus exemplos para os meus filhos. É assim que funciona. Eu sou crente. Eu vivo Bíblia e o que a Bíblia diz, para mim, é lei! É regra e tá encerrado o assunto!”

Na primeira oração, o verbo *admitiria*, conjugado no futuro do pretérito, apresenta uma circunstância hipotética, para demonstrar o posicionamento a ser tomado pelos frequentadores da Igreja, ao se deparar com indivíduos de orientação sexual dissidente. Essa situação, além de se configurar como uma discriminação explícita, é

também um indicador de abuso de poder, pois não só marginaliza homossexuais, como também fere seus direitos básicos – no caso, o de trabalhar.

Assim como no trecho anterior, ao enunciar “*Eu não quero maus exemplos para os meus filhos*”, o Pastor desloca o seu lugar de sujeito-Pastor para sujeito-pai/sujeito-chefe de família, demarcando a subjetividade da sua interpretação. A busca por reciprocidade se ancora na configuração potencial de sua plateia, composta de pais e mães de família.

Ainda, em ambas as proposições fica patente a volição do sujeito-Pastor em expurgar homossexuais do mercado de trabalho, do seio familiar e de os recobrir de estigma e preconceito. Ao final, a ponderação feita por ele parte de uma situação particular para uma generalização, posto que a sua realidade, em particular, deve espelhar a todos aquele que, como ele, se dizem crentes que vivem a Bíblia e, assim, se põem nos caminhos de Deus ensinados pela Igreja.

A discursivização do Pastor Tupirani e seus movimentos simbólicos repercutem nos efeitos construtivos do discurso (FAIRCLOUGH, 2016). Em relação à postura actancial, apesar de realizar afirmações objetivas e categóricas, o Pastor sempre demanda que as atitudes enunciadas e os exemplos elencados sejam seguidos nas práticas sociais de seus fieis. No que tange ao efeito de identificação há dois movimentos: a elevação moral de um sujeito-cristão e o consequente enaltecimento de suas práticas discriminatórias; o estigma e subalternização das pessoas com identidades sexuais não normativas.

Por fim, a representação do mundo é realizada em detrimento da instituição religiosa. O primeiro é cheio de falhas e pode ser reconfigurado pelos ensinamentos da Igreja. O segundo é autônomo, com ensinamentos iluminados e tem como missão transformar as relações mundanas. Além disso, a representação também proporciona a reificação das relações assimétricas e discriminatórias, com o intuito de cristalizá-las como um estado de coisas concebido como verdadeiro e legítimo.

4.2. A ideologia inculcada no discurso homofóbico

O molde de estruturação institucional é um fator importante para a eficácia dos efeitos ideológicos do discurso. Essa estruturação se dá, majoritariamente, pela

assimetria sistemática e estável das posições de sujeito que constituem uma determinada estrutura social (THOMPSON, 1990). Dessa forma, a ocupação de uma posição de sujeito imbuído de poder, dentro de uma instituição, viabiliza o alcance de objetivos particulares que não seriam possíveis de se alcançar sem essa configuração.

Dentro da instituição religiosa, essa estrutura institucional é representada pelas seguintes posições: o sujeito-Pastor, líder da instituição, instrutor dos ensinamentos bíblicos, agente ativo da operacionalização dos gêneros que constituem a ordem discursiva religiosa e, por isso, regente do funcionamento institucional; os fieis, membros constitutivos da maior parcela da instituição agentes passivos na participação dos gêneros da ordem discursiva religiosa (indivíduos que buscam conhecimento para a sua lapidação moral.)

Esse arranjo faz com que a eficácia ideológica seja mais efetiva, pois as posições de sujeito são estanques e desproporcionais. Sendo assim, o que é transmitido, verticalmente, para os participantes da discursivização possui uma maior probabilidade de adesão (VAN DIJK, 2006). Entretanto, esse fenômeno não é o único responsável pela alienação ideológica dos sujeitos. Fatores como a descredibilização de informações alternativas, a falta de conhecimento sobre as temáticas acerca de sexualidade e o regimento interno institucional instrumentalizado para que os fieis tenham que seguir os ensinamentos do sujeito-Pastor sem contestação (contestá-lo é contestar ao próprio Deus) também contribuem para a adoção de atitudes homofóbicas (VAN DIJK, 2006; THOMPSON, 1990).

Toda essa configuração vai demonstrar como se dá a construção de sentidos das formas simbólicas, visando à dominação, quando realizadas em circunstâncias particulares (THOMPSON, 1990). Conforme aqui será demonstrado, o *modus operandi* da ideologia na Igreja Pentecostal Geração Jesus Cristo se realiza, predominantemente, pela **legitimação, dissimulação e fragmentação**.

A primeira categoria, a legitimação, diz respeito ao modo como o enunciador recorre a determinados elementos para argumentar que seu posicionamento é digno de apoio (THOMPSON, 1990). Para tanto, o Pastor realiza apelo a elementos sacros, como, por exemplo, a Bíblia, para a construção de sua discursivização. Enunciados como o seguinte evidenciam seu esforço para respaldar a discriminação contra os homossexuais no texto das Escrituras:

“A Bíblia diz que não herdarão o reino dos céus. A Bíblia diz que são possuídos pelo diabo, se entregaram ao mal.”.

Ainda com foco na *legitimação*, outra estratégia ideológica é a *universalização*, identificada quando o sujeito desloca sua posição de Pastor para pai/chefe de família. Essa tática consiste em apresentar elementos particulares como sendo princípios de interesse global (THOMPSON, 1990). Nesse caso, ele demonstra a conduta que deve ser seguida em relação aos homossexuais, objetivando o expurgo deles, como no exemplo a seguir: “*Se eu tivesse uma empresa, eu não admitiria um homossexual. Se eu precisasse de uma empregada, eu não admitiria uma lésbica.*”.

A segunda categoria é a dissimulação. Ela é constituída pelas estratégias ideológicas de *eufemização* e *deslocamento*, sendo esta última a utilizada pelo Pastor. O *deslocamento* é caracterizado por uma rede de constituição de sentidos (THOMPSON, 1990). Em “*Homossexualismo é possessão demoníaca*”, uma das falas do Pastor, em sua pregação, temos uma predicação do sujeito utilizada para denotar conotações negativas ao “*homossexualismo*”. É possível, ainda, identificar a realização do *interdiscurso*. O item lexical “*homossexualismo*” advém do discurso médico do século XX, ao empregá-lo na discursivização religiosa a ele se atribui o caráter de “*possessão demoníaca*” de modo a caracterizar e estereotipar aqueles que devem ser encarados como inimigos da igreja. Esses movimentos simbólicos aliados a questões de poder demonstram como a ideologia está relacionada à atividade discursiva. Quanto a isso, Thompson compreende a

ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (THOMPSON, 1990, p. 79).

Ademais, a utilização do *interdiscurso* se repete na fala do Pastor. Isso se destaca no excerto a seguir:

“...o adolescente não resiste àquilo, não se preocupa em procurar uma ajuda. Os próprios pais não se preocupam em procurar uma ajuda. Veem o filho todo dia entrar e sair da sua casa, aquela aberração. Aquilo é uma aberração, faça-me o favor! Aquilo é uma aberração! É pior que um aborto!”

Neste trecho, o *interdiscurso* se realiza no uso do item lexical “*aberração*”. Esse item também foi frequentemente utilizado, por instituições de saúde, para patologizar as

identidades transexuais e travestis como transtorno de identidade. O Pastor, através do discurso religioso, ainda realiza uma hierarquização entre a identidade homossexual e o aborto, caracterizando a primeira como sendo ainda pior que o segundo. Essa comparação é realizada para estigmatizar e gerar preconceitos contra homossexuais.

Outra estratégia de *dissimulação* é a *eufemização*. Ela consiste em atribuir uma valoração positiva às relações sociais estabelecidas (THOMPSON, 1990). O sujeito-Pastor usa procedimentos para valorar as atitudes discriminatórias, além de argumentar que isso é consequência de uma conduta cristã, quando diz: “*É assim que funciona. Eu sou crente. Eu vivo Bíblia e o que a Bíblia diz, para mim, é lei! É regra e tá encerrado o assunto!*”. Ademais, essa conduta cristalizada é naturalizada como um acontecimento inerente às relações sociais.

A sétima, por fim, é a *fragmentação*. Ela é operacionalizada por dois elementos: a *diferenciação* e o *expurgo do outro* (THOMPSON, 1990). Neste caso, esses elementos são interligados. A diferenciação acontece com dois propósitos: 1) exaltar a instituição em relação à ordem societal como exemplo a ser seguido, quando o Pastor afirma que “*A palavra lá de fora não nos influencia. Nós é que salgamos e iluminamos lá fora.*”; 2) caracterizar um inimigo quando o Pastor cria o estereótipo da identidade visual dos homossexuais, apontando contra quem a discriminação deve se orientar: “*Aí passa aquele bando de homens adolescentes, calcinha justinha, cabelinho bra-bra-bra, tudo gay, tudo bichinha e todo mundo achando que é normal.*”.

Para Van Dijk (2008), os efeitos sociais da fragmentação são uma das principais estratégias do uso do discurso em projetos de dominação. O autor argumenta que:

o discurso ideológico dos membros de um grupo (endogrupo), por exemplo, tipicamente enfatizam, de várias maneiras discursivas, as características positivas de Nosso próprio grupo e seus membros, e as (supostas) características negativas dos Outros, o grupo de fora (exogrupo) (VAN DIJK, 2008, p. 14).

O expurgo do outro, por sua vez, acontece a partir de uma caracterização do que é percebido, por aquela comunidade, como normal. Fica claro aquilo que se tem por normal é aquele que segue os ensinamentos e regimentos cristãos. Qualquer um fora desse espectro é estigmatizado como anormal. Correlato à *universalização*, o expurgo do outro é realizado com o intuito de privar os homossexuais de ambientes de trabalho, além de relações sociais, como é exposto no exemplo a seguir: “*Não admitiria um homossexual numa empresa minha, nem ninguém para fazer serviço dentro da minha*

casa, para conviver comigo. Eu não quero maus exemplos para os meus filhos.” O cerceio do acesso a recursos e relações sociais apresentado pelo Pastor, em sua fala, contra os homossexuais, caracteriza-se como uso ilegítimo do discurso. Para Van Dijk, o discurso é caracterizado por um viés ilegítimo se:

[...] Esse discurso ou suas possíveis consequências sistematicamente violam os direitos humanos ou civis das pessoas. Mais especificamente, esse é o caso se tal discurso promove forma de desigualdade social, como quando ele favorece os interesses dos grupos dominantes em detrimento dos interesses dos grupos não dominantes, precisamente porque estes não têm o mesmo acesso ao discurso público (VAN DIJK, 2008, p.32).

Toda essa emergência da ideologia na discursivização sustentam as estratégias utilizadas pelo enunciador para construir o que é dito. Assim, o Pastor, no seu lugar institucional, investe-se nesse processo de construção de sentido. Isso é percebido a partir da utilização de elementos específicos, como a lexicalização “aberração” e “bichinha” em sua fala, o que ocasiona os efeitos construtivos no discurso que sustentam relações assimétricas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o discurso religioso como instrumento de abuso de poder em relação a homossexuais, questionando *como, através do discurso, membros de igrejas pentecostais causam discriminação a esse grupo*, com base na análise de uma pregação oral, proferida por um Pastor evangélico pentecostal. Seu objetivo maior foi o de demonstrar que a dita pregação possui, em sua estrutura, mecanismos geradores de crenças e atitudes, baseados em inconsistências relativas à própria origem dessa vertente religiosa pentecostal.

Para tanto, foram desvendados os fundamentos sacros que, supostamente, ensejam a formação do discurso discriminatório, a partir do levantamento bibliográfico, que catalogou trechos do Livro Sagrado vinculados a esse tema. Com isso, verificou-se que o Pastor desconsidera a historicidade não só do texto como do seu próprio segmento religioso. Na construção do seu discurso, ele utiliza elementos que pertencem à doutrina judaica para discriminar e atribuir o teor pecaminoso às relações homoafetivas. Tal discursivização se mostra incoerente, pois elementos da fé judaica foram reconfigurados pelo próprio Jesus, dando origem à insurgente visão religiosa cristã.

Aqui, procedeu-se, ainda, na fala evangelizadora, à identificação de como a modalização desvela a discriminação. A análise do exemplar coletado apontou que o conteúdo discursado pelo Pastor é categórico, mas, ao mesmo tempo, demandante de posturas aos seus interlocutores. O uso da modalização objetiva, por meio de verbos modais como “ter” e “poder”, em conteúdos proposicionais homofóbicos, demonstra a obrigatoriedade e a permissão que a doutrina, segundo ele, concede aos fiéis para a realização de atitudes discriminatórias. Ademais, o sujeito-Pastor apresenta essas atitudes como elementos de pertença à doutrina, na medida em que enuncia que “*A Bíblia discrimina*” e que afirma “*Eu vivo Bíblia*”.

Por último, cumpriu-se o objetivo de prospectar como efeitos ideológicos dessa prática social ferem direitos básicos de homossexuais, quando se lançou mão da análise do exemplar coletado. Tal averiguação elucidou como, em seu discurso, o sujeito-Pastor procura naturalizar a homofobia. Em sua fala, ele cita instituições sociais que apoiam a diferença, a exemplo da escola, instigando os frequentadores a repudiá-las. Ele realiza essas comparações para demonstrar aos fiéis os focos de luta hegemônica em que sua ideologia esbarra. Esse movimento também ocorre como forma de universalizar os interesses particulares da Igreja. Por fim, ocorre a estereotipia, que caracteriza homossexuais como inimigos, apresentando-se métodos combativos contra eles.

Como consequência, pôde-se desvendar que o discurso pentecostal, contrariamente ao que se propõe, enquanto uma doutrina cristã, mais se ampara em normatizações de natureza judaica, contidas na *Torah*, do que naquelas incluídas no Novo Testamento, onde estão registradas as orientações de Jesus (a exemplo de “*Amarás ao teu próximo como a ti mesmo*”). Isso confirma a hipótese que foi aqui formulada de que *a construção de discursos religiosos de cunho homofóbico se inicia com interpretações deturpadas do texto bíblico pelos próprios líderes religiosos*.

Tais elementos também ratificaram a importância desta pesquisa, pois, apesar de não propor novos desdobramentos teóricos, operacionaliza um quadro analítico sobre um *corpus* de natureza controversa. Isso pode reforçar, ainda, a contribuição que este trabalho pretende dar à sociedade, que é a de subsidiar ao grupo minoritário do estudo – os homossexuais – recursos para que eles possam contestar relações discriminatórias e assimétricas às quais possam estar submetidos.

6. REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral-Catequética: Antigo e Novo Testamentos. 30 ed. Tradução: João José Pedreira de Castro. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2001. p. 1669.
- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. **Ritual e representação: O discurso religioso da congregação cristã no Brasil.** 1986. 207p. Dissertação (Mestrado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- ENDRUVEIT, Wilson H. **Movimento Carismático: Um estudo exegético e teológico de suas principais características.** São Paulo: Faculdade Adventista de Teologia, 1997
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** 2 ed, tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhaes. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017. 260 p
- OLIVEIRA, C. A. F. **A cristandade: Um modelo eclesial de poder.** Revista Fragmentos de Cultura Goiânia, v. 21, p. 309-318, 2011.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marcos Antonio Batista. **Fairclough.** In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. Estudos do Discurso: Perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- THOMPSON, John B. **Ideology and modern culture.** Cambridge: Polity Press, 1990.
- VIEIRA, Antonio. **Sermões.** (15 volumes), Porto, Lello & Irmão, 1959.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder.** São Paulo: Contexto, 2008.